



Apêndice 2 – Produto Educacional

PROTOCOLO DE ACOLHIMENTO DE ESTUDANTES INDÍGENAS NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO *CAMPUS* GUAJARÁ-MIRIM DO IFRO

Autora: Fernanda Léia Batista Souza Estêvão

Orientadora: Xênia de Castro Barbosa



FERNANDA LÉIA BATISTA SOUZA ESTÊVÃO

XÊNIA DE CASTRO BARBOSA

**PROTOCOLO DE ACOLHIMENTO DE ESTUDANTES INDÍGENAS NOS CURSOS
TÉCNICOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO *CAMPUS* GUAJARÁ-MIRIM DO
IFRO**

LISTA DE ABREVEATURAS

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

CAED – Coordenação de Assistência ao Educando

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CUIA – Comissão Universidade para Índios

CRA - Coordenação de Registro Acadêmico

DAPE – Departamento de Apoio ao Ensino

DE – Direção de Ensino

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

PAPE – Política de Acesso, Permanência e Êxito

UFGRS – Universidade Federal do Rio Grande de Sul

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFSCar – Universidade Federal São Carlos

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
– IFRO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA- PROFEPT**

NÚCLEO DE ESTUDOS HISTÓRICOS E LITERÁRIOS - NEHLI/IFRO

TÍTULO DO PRODUTO: Protocolo de acolhimento de estudantes indígenas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFRO - Campus Guajará-Mirim.

TIPO DE PRODUTO: Orientação Técnica

NÍVEL DE ENSINO: Curso Técnico de Nível Médio na modalidade Integrado

SÉRIE/ANO: aplica-se a todas as séries do curso

CURSOS TÉCNICOS INDICADOS: Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Biotecnologia Integrado ao Ensino Médio/Gestores e profissionais da Coordenação de Assistência ao Educando.

SEGMENTO PROFISSIONAL: Profissionais da Educação, Pedagogos, Enfermeiros, Psicólogos, Assistentes Sociais, Assistentes de aluno, Técnicos em Assuntos Educacionais e demais profissionais que atuam nas equipes de Assistência ao Educando do Instituto Federal de Rondônia – Campus Guajará-Mirim.

TRANSFERÊNCIA/USOS JÁ EFETIVADOS: Produto transferido à Coordenação de Assistência ao Educando do IFRO – Campus Guajará-Mirim.

PÚBLICO-ALVO: Estudantes indígenas que estudam no Ensino Médio integrado do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do IFRO.

APRESENTAÇÃO

A permanência e o sucesso escolar de estudantes indígenas na Educação Profissional e Tecnológica são desafiados por diversos fatores, que vão desde condição de acesso, superação das barreiras linguísticas e dos preconceitos étnico-raciais, condições materiais para permanência até questões específicas concernentes à cultura e às formas de aprender.

Estes estudantes, enquanto estão nas aldeias têm acesso a uma educação diferenciada, assegurada por lei, mas quando ingressam na EPT tendem a ser tratados de forma homogênea, forma esta que desconsidera sua cultura, seus saberes prévios e não favorece sua inclusão educacional, levando muitos a evadirem do curso ou acumularem longos anos de retenções e progressões apenas parciais.

Diante dessa problemática, e visando contribuir para a melhoria do processo de inclusão de estudantes indígenas na EPT, elaboramos o produto educacional em tela.

Este Protocolo de Acolhimento de Estudantes Indígenas é um produto educacional resultante da pesquisa intitulada “Evasão, retenção e permanência de estudantes indígenas no *Campus* Guajará-Mirim do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO”, desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT.

O público-alvo da pesquisa foram estudantes indígenas com matrícula ativa, evadidos e egressos dos cursos de Ensino Médio Integrado do *Campus* Guajará-Mirim. Tendo em vista os indícios de insucesso escolar dos estudantes indígenas da referida unidade educacional, realizou-se um estudo de abordagem qualitativa, que se posiciona no campo da Educação Intercultural, tendo como eixo estrutural e articulador a História Oral, aplicada com a finalidade de triar os principais fatores relacionados à permanência, evasão e êxito dos estudantes indígenas e identificar em que medida as políticas de permanência e êxito do IFRO tem contribuído para o êxito dos estudantes indígenas.

A partir dos dados coletados por meio das observações do espaço escolar e das entrevistas com alunos indígenas foi possível obter informações detalhadas referentes às suas percepções sobre o *Campus* e o processo de ensino nele desenvolvido; os perfis pessoais e socioeconômicos dos egressos; os fatores individuais e contextuais da evasão/permanência.

Os resultados da pesquisa deram suporte para a elaboração do presente protocolo, indicando a necessidade de um acolhimento e acompanhamento específico para os estudantes indígenas que estudam em escolas urbanas.

Este produto educacional tem seu uso recomendado para as Coordenações de Assistência ao Educando – CAED e aos Departamentos de Apoio ao Ensino - DAPE do Instituto Federal de Rondônia.

Este Protocolo de Acolhimento tem potencial em contribuir com a inovação de processo educacional, no que concerne à gestão da inclusão educacional, na produção de dados e análises que poderão embasar a tomada de decisões que visam a melhorar a permanência dos estudantes indígenas na Educação Profissional e Tecnológica – EPT, em particular do IFRO – *Campus* Guajará-Mirim. Nesse sentido, o consideramos relevante para o conhecimento do perfil dos estudantes indígenas para subsidiar ações que tornem o sucesso escolar uma real possibilidade para os ameríndios Guajará-mirenses. Ademais, trata-se de instrumento que ainda não existia no IFRO.

INTRODUÇÃO

O acolhimento é uma necessidade humana e também uma das características da espécie. Acolhimento se vincula ao cuidado, e acolher é cuidar. De acordo com Boff (1999, p. 1) “O cuidado é, na verdade, o suporte real da criatividade, da liberdade e da inteligência. No cuidado se encontra o *ethos* fundamental humano. Quer dizer, no cuidado identificamos os princípios, os valores e as atitudes que fazem da vida um bem-viver e das ações um reto agir”.

O acolhimento tem sido discutido e aplicado de maneira especial no campo da Saúde e do Serviço Social

Na esfera da Saúde o termo “acolhimento” está ligado ao processo de humanização e atenção no atendimento de pacientes. No Brasil, a humanização foi estabelecida como política transversal ao Sistema Único de Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006), incentivando um acolhimento pautado em valores como autonomia e protagonismo dos sujeitos, a co-responsabilidade entre eles, a solidariedade, participação coletiva no processo de gestão e a indissociabilidade entre atenção e gestão.

Na área de Serviço social o termo muitas vezes é usado para se referir ao recolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em instituições de acolhimento de menor, como também, traz uma dimensão de escuta, aceitação e estabelecimento de vínculo com a rede de proteção do menor.

Motta (2014) em estudo na área da educação infantil realizou ampla pesquisa sobre o conceito do termo “acolhimento” e sua aplicação no campo educacional. Segundo a autora são poucas as publicações sobre o tema, sendo que na área educacional, o termo “acolhimento” foi progressivamente incorporado, ainda que inicialmente viesse acompanhado da palavra “adaptação” (Acolhimento/Adaptação), aos poucos, foi se desvinculando dela para assumir seu espaço como conceito que operacionaliza práticas diferenciadas (MOTTA, 2014).

Neste documento o termo Protocolo se mostra como instrumento reorganizador dos processos sociopedagógicos da equipe multidisciplinar de ensino no trato dos alunos indígenas. E o Acolhimento se revela em estratégias de recepção, escuta, diálogo, aceitação, acompanhamento sociopedagógico e outras práticas pedagógicas interculturais e inclusivas. Assim, este Protocolo de Acolhimento é um instrumento que visa estabelecer mudanças na forma e no resultado do atendimento dos estudantes indígenas, indicando a operacionalização de algumas práticas com a finalidade de melhorar e consolidar o êxito dos estudantes indígenas que procuram o IFRO.

O uso do protocolo é um método que possibilita abrir processos de reflexão e aprendizado institucional de modo a reestruturar as práticas inclusivas e construir novos sentidos, valores, avançando em ações interculturais e descolonizadoras compartilhadas, pois necessariamente, o acolhimento é um trabalho coletivo e cooperativo entre Coordenação de Assistência ao Educando – CAED, Departamento de Apoio ao Ensino – DAPE e Docentes.

As especificidades da educação profissional para indígenas deve se revelar numa institucionalização voltada para uma prática pedagógica que reconheça os saberes e costumes tradicionais dos povos indígenas em suas múltiplas dimensões. Sujeitos biopsicossociais, os indígenas devem encontrar nas instituições voltadas a atender-lhes a possibilidade de ser vistos em seus aspectos físicos, emocionais, relacionais e de contexto social, étnico, cultural, de gênero, dentre outros. Tais especificidades pressupõem, portanto, a inseparabilidade das dimensões da inclusão, da interculturalidade e da educação profissional e tecnológica.

As comunidades indígenas são únicas, têm tradições culturais e identidades próprias, fundadas na língua, no território habitado e explorado, nos costumes e na maneira de se organizarem socialmente. Cada qual vivenciou processos históricos diferentes. Tais processos foram assinalados pela violência e pela negação de suas culturas.

Embora as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica do século XXI sejam progressistas e tenham superado os limites do tecnicismo, apresentando como horizonte a formação omnilateral e a politecnicidade como recurso para uma educação plural e cidadã, não se pode esquecer que no Brasil, assim como em outros países da América e da África as instituições escolares foram forjadas sob um *logos* colonialista. Desse modo, apesar dos avanços teóricos e políticos no campo da EPT, ela ainda se liga à racionalidade colonialista moderna, desafiando o IFRO ao desenvolvimento de práticas interculturais descolonizadoras.

Ademais, diferentes formas de violência estão presentes em nossa sociedade e em nossas escolas, dificultando a inclusão educacional e os processos de aprendizagem (CANDAU; GIMENEZ, 2010). Superar as manifestações de preconceito e as diversas expressões da violência é um desafio cotidiano da educação escolar, todavia não são por si só suficientes para promover a inclusão. Para que esta se efetive é necessário também fortalecer o diálogo intercultural, conhecer e valorizar a cultura dos estudantes, compreender suas diferenças e atuar de modo a “traduzir” da melhor forma possível os conhecimentos acadêmicos formais, possibilitando que os estudantes dele se apropriem de maneira significativa.

Para isso é necessário um diálogo intercultural sensível às diferenças e às necessidades educacionais desses estudantes, que muitas vezes são expostos a um sistema pedagógico

universal, que não faz adaptações para facilitar o processo de aprendizagem e de convivência social. Pois, muitas vezes a

[...] concepção de igualdade predominante no contexto escolar incorre em um processo de padronização, orientando à afirmação de uma cultura comum a todos. Nesse processo, as diferenças são invisibilizadas e silenciadas, culminando em perspectivas pedagógicas de caráter monocultural, que associam a diferença ao déficit cultural e às desigualdades (SANTIAGO; AKKARI; MARQUES, 2013, p. 99).

O saldo dessa relação marcada por hierarquias e rigidez formal costuma ser o fracasso escolar desses estudantes, expresso em índices elevados de retenção ou evasão.

A inclusão educacional de estudantes indígenas, além da necessidade de práticas interculturais, requer políticas específicas que estimulem o ingresso, a permanência e o êxito. De antemão o IFRO disponibiliza recursos da assistência estudantil para garantir o acesso ao *Campus*, o acesso à alimentação e aos materiais escolares, e o acompanhamento psicossocial e pedagógico. É necessário que as ações incorporem a cultura e as saberes que estes estudantes trazem consigo, de modo a não deslegitimar seus saberes e não intensificar a violência das quais já são vítimas.

Muitos indígenas se mudam para a cidade em busca de melhores oportunidades educacionais. Essa mudança pode ocasionar inúmeras consequências para os alunos, como o enfrentamento de barreiras linguísticas, problemas financeiros, saudade da família, adoecimento, envolvimento com atividades ilícitas entre outras situações que podem afetar negativamente o seu desempenho acadêmico. A escola - não sozinha, mas também - tem papel fundamental no reconhecimento e articulação em prol da minimização dessas problemáticas.

Esse protocolo de acolhimento tem potencial para ampliar as possibilidades de sucesso escolar dos estudantes indígenas, pois ao incorporar critérios de atendimento e acompanhamento que levam em conta as complexidades da inclusão socioeducacional e a priorização de atenção aos estudantes indígenas provenientes das terras indígenas ele poderá minimizar o número de evasão e retenção do público-alvo.

É fundamental refletir sobre o mundo cultural que vivemos; conhecer suas particularidades pode dar início a um processo de reconhecimento, compreensão, respeito e aceitação das diferenças e alteridades humanas.

A escola é para todos e todas. A inserção de culturas, políticas e práticas escolares inclusivas é o caminho para combater a exclusão educacional, social e cultural.

Conforme Dore e Lüscher (2011, p. 777) “a evasão é um processo complexo, dinâmico e cumulativo de desengajamento do estudante da vida da escola”. Nesse consenso o insucesso escolar e/ou a escolha por abandonar o curso é produto de diversos fatores, que se escola tiver

um olhar sensível, pode identificar em tempo e promover ações de suporte ao estudante, ampliando suas possibilidades de permanência e êxito.

Portanto, é pertinente que os docentes, a Direção de Ensino, Departamento de Apoio ao Ensino e a Coordenação de Assistência ao Educando estabeleçam um diálogo mais estreito no sentido de comunicar as dificuldades do aluno, suas ausências e perfil de adesão às atividades, e tomar providências rápidas para entender sua motivação, auxiliá-los, quando for possível, e trazê-los de volta ao curso. Acuidade para perceber as ausências, as dificuldades de aprendizagem e de integração são indispensáveis.

Os desafios para o estudante indígena são constantes, há os que sofrem preconceito, os que passam por problemas financeiros, os que são tímidos, os que não são fluentes na língua portuguesa, os que ficam doentes, além de inúmeras outras dificuldades que podem causar o insucesso escolar, a começar pela baixa frequência. Urge, portanto, uma política de acolhimento específico e de acompanhamento contínuo.

Objetivos

Geral

O objetivo geral deste produto educacional é ampliar as possibilidades de inclusão educacional e de êxito dos estudantes indígenas do IFRO – *Campus* Guajará-Mirim.

Específicos

Os objetivos específicos deste produto educacional consistem em orientar:

- 1) A identificação e escuta dos estudantes indígenas que ingressarem nos cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico;
- 2) A classificação das demandas apresentadas pelos estudantes indígenas, visando identificar as que precisam de intervenção imediata;
- 3) A definição de estratégias sociopedagógicas que contribuam com a êxito dos estudantes indígena;
- 4) O acompanhamento biopsicossocial dos estudantes indígenas e;
- 5) A construir os fluxos de atendimento considerando o trabalho coletivo.

Procedimentos metodológicos

A elaboração deste produto educacional compreendeu as seguintes operações:

- 1- Pesquisa de similares;
- 2- Elaboração do protótipo;
- 3- Teste do protótipo;
- 4- Elaboração do produto;
- 5 Transferência do produto.

A pesquisa de similares foi feita em sites da Internet, por meio do buscador Google e no Catálogo de dissertações de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No catálogo da CAPES usamos o descritor “interculturalidade” e “Inclusão Indígena”, nos resultados apresentados não encontramos nenhuma pesquisa realizada no município de Guajará-Mirim, que tratasse da inclusão, acesso e permanência de indígenas na Educação Profissional de nível médio.

No buscador do Google usamos o descritor ‘programa de acolhimento de estudantes indígenas’ e ‘protocolo de acolhimento de estudantes indígenas’. Foram encontrados dois documentos similares, mas nenhum trata do acolhimento de estudante no Ensino Médio Integrado ao Técnico. Os dois documentos analisados foram o “Programa Acolhimento Estudantil e Diversidade Indígenas e Quilombolas” (UNIFESSPA, 2016) e o Projeto AMEI - Acolhimento e Monitoria de Estudante Indígena (SILVA *et al.* 2018), desenvolvido na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Os dois produtos citados são destinados ao atendimento dos indígenas estudantes do ensino superior. Ambos objetivam viabilizar a permanência de estudantes indígenas oriundos de diversas localidades por meio de estratégias de acolhimento e apresentam ações de acompanhamento dos candidatos desde o vestibular, acolhimento e recepção dos aprovados e integração ao novo ambiente. Também definem a atuação da equipe/ou rede de acolhimento e acompanhamento por meio de reunião e encontros para trocas de experiências, levantamento de demandas e demais questões que dizem respeito à permanência e êxito dos alunos indígenas.

Também tomamos por base, entre outros estudos, o de Bergamashi *et al.* (2018), que realizaram profundo levantamento de publicações sobre o acesso, a permanência e o êxito estudantes indígenas no ensino superior. As autoras analisaram 12 estudos publicados entre 2001 a 2012 que tratam sobre o acesso e permanência dos estudantes indígenas no Ensino Superior.

Tal estudo apresenta um retrato da presença de indígenas nas universidades que executam a política afirmativa de ingresso e permanência de indígenas e analisa as questões relacionadas à

sua permanência na universidade (programas de apoio financeiro e pedagógico, relação institucional com os estudantes, ações de acompanhamento e promoção da permanência).

Instituições de ensino superior como a Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e a Comissão Universidade para Índios (Cuia) em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) criaram vagas suplementares para estudantes indígenas e adotaram o vestibular específico em busca de maior efetividade no acesso de indígenas as universidades. O processo seletivo dessas instituições não é padrão. Geralmente esse processo seletivo é realizado por meio de aplicação de provas e redações com questões que reconhecem e validam as experiências das escolas indígenas nas aldeias, contemplam a realidade dos estudantes oriundos de escolas não urbanas.

A maioria das universidades que realizam vestibular indígena tem criado rede de acolhimento e acompanhamento qualificada para o atendimento indígena, como grupos de trabalhos, diretorias, comissões ou coordenações, e/ou tutoria por pares de maneira a possibilitar a permanência dos estudantes indígena.

Com base na análise de similares elaboramos um protótipo, que após passar por avaliação preliminar sofreu ajustes e correções e deu base para a elaboração do produto educacional aqui apresentado.

O projeto de pesquisa previa ainda um teste do produto, que demandaria sua aplicação na prática, contudo, devido a suspensão das atividades presenciais em decorrência da pandemia de SARS-COV-2, esse teste não foi feito, tendo sido realizada apenas uma avaliação pela chefia da CAED e a transferência formal do produto ao setor, para uso posterior.

a. Materiais Utilizados

Os materiais utilizados para o desenvolvimento deste produto foram *notebook* com conexão à internet, editor de texto Microsoft Word versão 2010 e o *software* de *design* gráfico Canva. Também foram consultadas obras bibliográficas como as de Bergamashi *et al.* (2108) Dore e Luscher (2011), Santiago, Akkari e Marques (2013), Candau e Gimenez (2010) e Motta (2014), bem como as entrevistas de história de vida registradas durante a pesquisa.

Formas de utilização

Para a boa utilização deste produto recomenda-se leitura atenciosa e observação aos passos indicados para o acolhimento de estudantes indígenas (indicados a seguir), bem como a aplicação do roteiro de entrevista em anexo.

Para a ampliação dos resultados recomenda-se ainda que o referido produto tenha sua leitura estimulada, o que pode ser feito pela Direção de Ensino do Campus, mediante sua disponibilização para discussão durante eventos de formação em serviço e semanas pedagógicas.

Impacto social

Em relação à gestão, estima-se que este Protocolo de Acolhimento possa contribuir com a gestão do *Campus* Guajará-Mirim no acolhimento e acompanhamento sociopedagógico de estudantes indígenas.

No que concerne aos estudantes indígenas, público-alvo deste produto, acredita-se ser possível favorecer seu processo de inclusão educacional, mediante acolhimento humanizado, bem como ampliar suas possibilidades de êxito acadêmico, em função do acompanhamento escolar proposto.

Protocolo de Acolhimento

Passo 1: Identificação de estudantes indígenas matriculados no *Campus*

Logo após o fechamento das matrículas a Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA) deverá informar à Direção de Ensino e a Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) os nomes e canais de comunicação dos alunos indígenas que fizeram matrícula ou rematrícula nos cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico do *Campus*. Na sequência a Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) deverá fazer contato com esses estudantes convidando-os para participar de uma visita guiada pelo *Campus* e participar de uma entrevista para levantamento de demandas.

Passo 2: Apresentação da instituição e dos setores ligados ao ensino e suas funções.

A apresentação do *Campus* poderá ser feita por um dos técnicos da equipe multidisciplinar da unidade. Além de apresentar a Coordenação de Assistência ao Educando (CAED), Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE), Direção de Ensino (DE), Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA), Biblioteca, Laboratórios, e sala dos professores, é importante esclarecer que o espaço da biblioteca e os computadores nela disponíveis, assim como os computadores do laboratório de Informática podem ser utilizados por eles para realizarem suas atividades escolares, pois a maioria deles não tem computador com acesso à internet em casa.

Apresentação do *Campus* é importante porque os alunos indígenas conhecerão os setores de maneira que possam se envolver, não só em razão de seus problemas, mas também em razão de suas potencialidades.

Possibilitar a sociabilidade entre a comunidade acadêmica e os alunos é tarefa importante da assistência estudantil a todos os alunos, e em especial aos estudantes indígenas que devem ser acolhidos, respeitados e estimulados a permanecer no meio acadêmico e a finalizarem o curso, e sobretudo contribuir por meios de seus saberes e experiências com os conhecimentos produzidos no *campus*.

Passo 3: Conversação e aplicação do formulário para levantamento de demandas

É importante que a conversação seja realizada por um técnico da CAED ou por profissional com formação nas áreas da pedagogia, psicologia ou serviço social.

Neste momento o profissional deve estabelecer diálogo com uma abordagem acolhedora, usando uma linguagem clara e direta, pois alguns alunos podem ter dificuldades em compreender a língua portuguesa, que normalmente é a sua segunda língua.

Procure estabelecer uma conversa que possibilite colher informações sobre:

- percurso escolar do estudante: onde estudou, principais dificuldades e afinidades;
- as mudanças ocasionadas pela sua transferência para o IFRO;
- expectativas em relação ao curso;
- relação com a família;
- situação socioeconômica da família;
- se tem algum problema de saúde, entre outros temas que julgar importante;

Nessa conversa, é importante apresentar ao aluno alguns pontos da organização didático-pedagógica do IFRO:

- aulas não-presenciais;
- horário de atendimento individual;
- horário de aula;
- índice de frequência mínimo para aprovação;
- possibilidade de participação em projetos de Iniciação Científica no Ensino Médio e outros;
- congressos e eventos educativos;
- jogos e competições.

É importante perguntar se o estudante está compreendendo, se tem dúvidas, e também informar que caso surjam dúvidas após essa primeira reunião, ele poderá procurar o setor a qualquer tempo ou enviar um e-mail com seus questionamentos. É fundamental que ele entenda que a CAED é o setor de apoio ao qual ele pode recorrer sempre que tiver necessidade.

Alguns alunos podem se demonstrar tímidos e conversar pouco. É natural que às vezes só respondam as perguntas a ele dirigidas. Se não for possível estabelecer uma conversa que possibilite a coleta de informações mais apurada, comece pelo preenchimento do Formulário de levantamento de dados que está em anexo ao protocolo.

Após o preenchimento do formulário, orienta-se convidar o estudante para uma nova reunião, na qual deverá ser apresentada a Política de Permanência e Êxito do IFRO, bem como o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – como acessar, como usar o *chat*, como enviar mensagens para os fóruns, enviar arquivos e responder às tarefas.

Passo 4: Elencar e classificar as demandas apresentadas pelo (a) aluno (a)

Após a conversação devem-se analisar os dados colhidos na conversa com o aluno e também as repostas do formulário de levantamento de dados.

Essas demandas devem ser compartilhadas eletronicamente com a DE e o DAPE, e a equipe de gestão do ensino deve ser reunida para estudar as informações e realizar os encaminhamentos necessários.

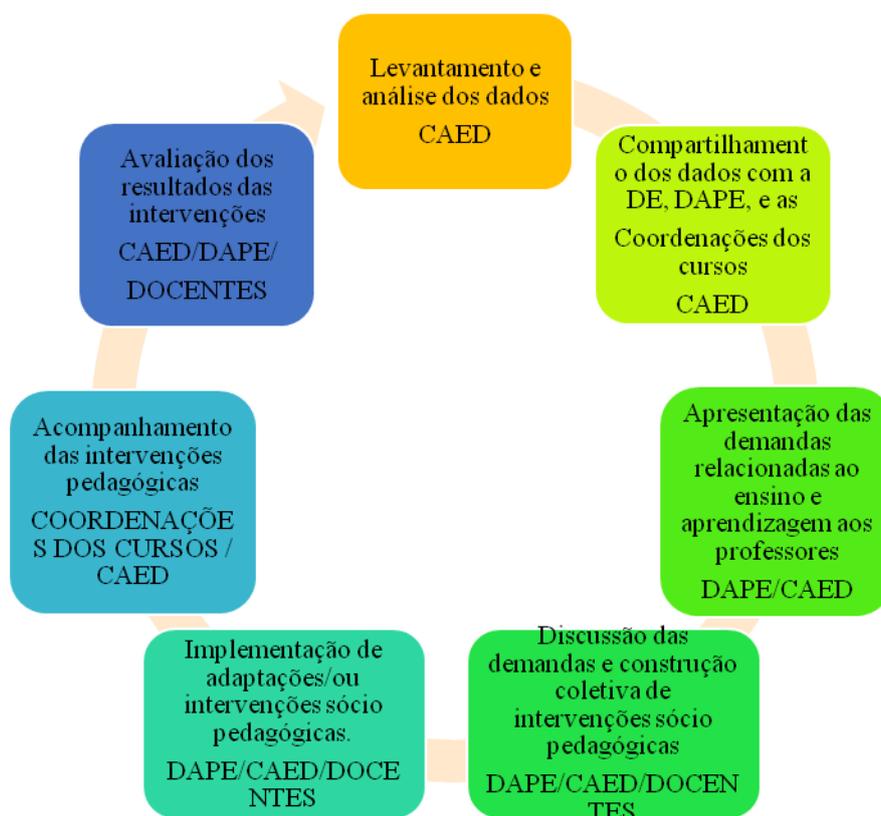
As questões que são de ordem didática, ou que de alguma forma refletem no ensino e aprendizagem devem ser apresentadas e discutidas junto aos professores, para a construção institucional e coletiva de ações e/ou projetos que atendam as demandas dos alunos e lhes possibilite mais êxito na aprendizagem.

As ações emblemadas em razão das demandas apresentadas devem ser acompanhadas sistematicamente. Sugere-se que essas ações sejam acompanhadas pelas Coordenações dos cursos em concomitância com a Coordenação de Assistência ao Educando CAED, a fim de verificar os resultados alcançados, avaliar as políticas implementadas, bem como propor melhorias ou supressão das ações que não alcançarem êxito. Para facilitar o acompanhamento e execução, essas ações podem ser inseridas no Sistema Integrado de Planejamento do campus.

Sugere-se aos professores a utilização de metodologias dialógicas, que favoreçam o protagonismo do aluno, o desenvolvimento de projetos integradores e a integração de instrumentos avaliativos, sempre que possível, de modo a favorecer que os estudantes consigam correlacionar os conteúdos a serem estudados e reduzir a ansiedade que é comum quando se tem de estudar para grande quantidade de avaliações.

Não se recomenda o uso de seminários como componentes avaliativos para as notas bimestrais, porque falar em público, em uma língua em relação à qual não se tem pleno domínio pode ser ocasião de grande tensão, além disso, o estudante ficará exposto e poderá ser alvo de críticas e brincadeiras desagradáveis por parte dos colegas. Seminários e outras apresentações públicas poderão ser feitas quando o estudante se sentir confortável e preparado para elas, não devem ser uma imposição. Uma alternativa aos seminários pode ser a utilização de rodas de conversa, mais espontâneas e menos formais ou a produção de portfólios com textos e ilustrações sobre o que os alunos aprenderam.

Figura 1: Fluxograma de detalhamento das ações.



Passo 5: Apresentação da Política de Permanência e Êxito do IFRO e treinamento para uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

Essa etapa pode ser realizada em grupo, e não necessariamente com um aluno por vez.

Muitos estudantes indígenas são de família de baixa renda e decidem vir para a cidade estudar encorajados – entre outras motivações - pelos auxílios estudantis que lhes possibilitarão ajuda financeira para garantir moradia e alimentação enquanto estiverem estudando longe de casa. Por isso, é importante ao indígena conhecer a Política de Permanência e Êxito do IFRO e seus programas sociopedagógicos de apoio ao aluno, bem os de transferência de recursos financeiros.

É essencial prestar apoio aos estudantes em suas primeiras inscrições nos editais para concorrer aos auxílios estudantis, pois não estão familiarizados com a linguagem dos editais e podem ter dificuldade em relação à reunião dos documentos necessários, sobretudo porque a maioria não terá a orientação de um familiar para auxiliá-los. Assim, realizar atendimento presencial para auxiliar esses estudantes a se inscreverem é uma atitude fundamental para a ampliação da cidadania e o acesso a direitos. Demonstra ainda a atenção da instituição para com esses estudantes, consolidando sua política de acolhimento e cuidado.

Como o IFRO adota metodologias de aulas não presenciais que são mediadas no AVA e até 20% da nota e/ou carga horária do curso pode ser distribuída em atividades não presenciais, conhecer o ambiente virtual de aprendizagem é indispensável para garantir a inclusão digital dos alunos e permitir que participem do conjunto das atividades pedagógicas.

É importante apresentar em detalhamento o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e outros programas ou aplicativos de ensino-aprendizagem de uso obrigatório.

Muitos alunos indígenas nunca tiveram acesso a um computador, portanto, algumas ações que fazemos quase que automaticamente, devido à nossa prática nos usos de equipamentos eletrônicos, para eles não são óbvias e precisam ser apresentadas passo a passo. Cada detalhe sobre as noções básicas de uso da máquina e do AVA são importantes. O treinamento (que pode ser informal e cotidiano e contar com a ajuda tanto de professor da área quanto de estudante voluntário, com domínio sobre o assunto), precisa levar em consideração, principalmente o “saber-fazer”, ou seja, possibilitar ao aluno a operacionalização da máquina e do ambiente virtual, favorecendo-lhe realizar as atividades com progressiva autonomia (sem a ajuda do instrutor).

Nessa fase, é possível observar se o estudante tem dificuldade no uso das tecnologias de ensino. Caso tenha, é mais uma demanda que deve ser tratada pela equipe de ensino, por meio de ações mais sistemáticas.

A CAED como setor responsável pela assistência estudantil deverá apresentar essa demanda a Coordenação de Educação a Distância do campus e viabilizar o treinamento para estudantes indígenas.

Passo 6: Acompanhamento sociopedagógico do aluno

O estudante indígena deverá ser acompanhado regularmente com o objetivo de verificar sua integração social e adaptação a EPT. Acompanhar o processo de escolarização do mesmo, seu desempenho escolar, processo de interação com colegas e docentes, é fundamental para tomadas de decisões tempestivas.

Esse acompanhamento pode tomar por base a verificação quinzenal do boletim acadêmico, onde é possível verificar o índice de frequência e as notas. Para isso é necessário orientar os docentes que façam os registros diariamente e também que comuniquem qualquer intercorrência envolvendo os estudantes indígenas. Esse acompanhamento poder ser realizado pela CAED e até mesmo pelo DAPE, mas é fundamental que se defina de quem será a responsabilidade por essa ação. Caso se identifique algum aluno faltoso ou com baixo rendimento acadêmico, deve-se conversar com ele, com a finalidade conhecer as causas das

faltas e/ou baixo rendimento e fazer os encaminhamentos necessários para superação da problemática.

Se o aluno for menor de idade, os pais devem ser comunicados e chamados para colaborar com a melhoria do desempenho do filho. Não havendo a possibilidade de os pais irem até o *Campus* ou se comunicarem por telefone ou e-mail, deve-se considerar a possibilidade do envio de correspondência por terra ou barco e mesmo uma visita *in loco*. É preciso considerar que muitos desses pais ou responsáveis poderão residir em aldeias remotas, sem acesso a telefonia celular e a internet, e mesmo ter dificuldade de compreensão da demanda do setor, assim cada caso deverá ser analisado individualmente.

Os docentes também podem colaborar encaminhando através do sistema institucional os alunos indígenas com faltas consecutivas, e/ou que deixarem de realizar atividades avaliativas e até mesmo questões relacionadas ao comportamento, como timidez, isolamento, não comparecimento aos horários de atendimento individual, sonolência, entre outros. Mas antes é importante que o professor, em primeira mão, converse com o aluno, e se não conseguir resolver, ou achar necessário compartilhe a situação com a CAED.

Os professores e demais servidores poderão colaborar observando o comportamento dos demais membros escolares em relação aos estudantes indígenas no que diz respeito a sua integração e aceitação pela turma e demais alunos. Caso percebam algum tipo de manifestação de violência, como discriminação, preconceito, *bullying*, exclusão e demais ações que vão contra a inclusão socioeducacional, esses comportamentos deverão ser reprimidos e desencorajados na hora, e o ocorrido deverá ser notificado à CAED.

Quanto ao atendimento individual do aluno para esclarecer dúvidas, é recomendado que o professor tome a iniciativa de se aproximar do aluno, oferecer ajuda, perguntar se entendeu e se colocar à disposição para ajudar.

É preferível que o atendimento individual para o aluno indígena seja feito em ambiente com menor número de pessoas possível. Os estudantes indígenas do *Campus* Guajará-Mirim, relataram sentir desconforto ao tirar dúvidas com o professor na presença de outros alunos ou docentes.

Paralelamente ao acompanhamento quinzenal das notas e frequências é recomendada a realização periódica de rodas de conversa, as quais devem proporcionar aos alunos momentos de reflexão, acolhimento e diálogo, que muitas vezes, não se efetivam durante as aulas regulares, ou mesmo nos constantes atendimentos individualizados na CAED.

Essas rodas de conversa devem ser espaço de fala e escuta, as quais podem ser estimuladas a partir de filmes, textos literários ou filosóficos e letras de músicas que oportunizem

a reflexão social e a reflexão sobre a própria condição no mundo. Com isso espera-se fortalecer vínculos de amizade e companheirismo e também contribuir com a melhoria do desempenho escolar dos envolvidos.

Através das rodas de conversa o mediador poderá perceber as inquietações desses jovens que precisam ser ouvidos e nem sempre o são, daí pensar projetos ou medidas que privilegie a fala, a conversa, a escuta, o acolhimento. Em tom de aparente “conversa fiada”, propor afiar tal diálogo, aprofundar e mostrar a complexidade das situações para ajudá-los no processo de compreensão/amadurecimento e, conseqüentemente, colaborar para a formação cidadã dos alunos indígenas envolvidos.

Em caso de surgimento de demandas concernentes à aprendizagem, o profissional da CAED informará ao DAPE, que fará orientações aos docentes via e-mail ou reunião, com o objetivo de discutir a situação do estudante e estabelecer em conjunto com demais medidas adotadas, estratégias para a realização de atendimento diferenciado, quando necessário.

Ademais, recomenda-se a criação de uma comissão, diretoria ou comitê qualificado especialmente para o acompanhamento de estudantes indígenas. A comissão/diretoria/comitê poderá executar esse protocolo e outras ações voltadas ao atendimento do aluno indígena. Diversas universidades têm tomado essa iniciativa e os resultados têm sido positivos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. República Federativa. **Lei n. 13.803, de 10 de janeiro de 2019**. Brasília: Congresso Nacional, 2019.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. DOEBBER, Michele Barcelos. BRITO, Patrícia Oliveira. **Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência**. Revista brasileira Estudo Pedagógico. Brasília, vol. 99, n. 251, p.3753. jan/abr. 2018.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: Ética do humano - compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CANDAU, Vera Maria; GIMENEZ, Telma. **As diferenças fazem diferença? Cotidiano escolar, interculturalidade e educação em direitos humanos**. In: SOARES, L. et al. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 756-771.

DORE, Rosemary. LUSCHER, Ana. Zuleima. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, vol.41, n.144, pp. 772-789, set/dez 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização**. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

MOTTA, Flávia Naethe. **Notas sobre o acolhimento**. Educação em revista. Belo Horizonte, vol. 30, n. 04, p 205-228, out/dez 2014.

SANTIAGO, Mylne Cristina; AKKARI, Abdeljalil; MARQUES, Luciana Pacheco. **Educação intercultural**. Petrópolis: Vozes, 2013.

SILVA, Gislaine Vieira; NOGUEIRA, Kelvy Kadge Oliveira; BARBOSA, Luis Henrique Lis; ROSSETTO, Lígia Maria; PORTELLA, Aline Louisy Goulart; FREITAS, Ana Elisa de Castro. **Acolhimento e Monitoria de Estudantes Indígenas na UFPR**. In: 8º Congresso brasileiro de extensão universitária. **Anais**. Natal: UFRN, 2018. v. 1. p. 891-892

SILVA, Gislaine Vieira; NOGUEIRA, Kelvy Kadge Oliveira; BARBOSA, Luis Henrique Lis; ROSSETTO, Lígia Maria; PORTELLA, Aline Louisy Goulart; FREITAS, Ana Elisa de Castro. **Educação Superior de Indígenas: acesso e permanência na UFPR**. In: 4º Encontro de educação superior indígena do Paraná. **Anais**. Paraná: Unicentro, 2013.

UNIFESSPA. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. **Programa de Acolhimento Estudantil & Diversidade Indígenas e quilombolas na Unifesspa**. Acesso em 21 de nov de 2020. Disponível em: https://proex.unifesspa.edu.br/images/conteudo/proex/Editais/PESQUISA_DIAGNOSTICO_Acolhimento_Estudantil_e_Diversidade_2016.pdf

APÊNDICE I
Formulário para levantamento de demanda de estudantes indígenas

Nome: _____

Qual a sua etnia: _____

Qual a sua língua materna: _____

Em qual curso você está matriculado?

Por que você escolheu este curso?

O que você espera desse curso?

Por que você escolheu o IFRO?

Em que tipo de escola você estudou antes de vir para o IFRO?

() Escola da aldeia () Escola rural () Escola na cidade () Outro:

Como era a sua escola e o ensino lá?

Você já ficou retido (reprovou alguma vez)?

Tem dificuldade em alguma disciplina?

() Sim. Qual (is)? _____

() Não.

Quais disciplinas você mais gosta?

Você morava em aldeia antes de ingressar no IFRO?

() Sim. Qual? _____

() Não.

Se sim:

Na aldeia tinha energia elétrica? () Sim () Não

Tinha acesso à internet? () Sim () Não

Onde você residirá durante o tempo em que estudar no IFRO? Com quem?

Qual o impacto dessa mudança para você?

Você possui alguma religião? Se sim, qual?

Você compreende bem a Língua Portuguesa (fala e escrita)?

Sim Não

Você sabe usar o computador?

Sim Não

Você sabe usar a internet?

Sim Não

Você tem celular com internet?

Sim Não

Você gosta de estudar?

Sim Não

Costuma dedicar algum tempo para estudo em casa?

Sim Não

Em quais matérias você tem mais sucesso?

Em quais matérias você tem menos sucesso?

Você tem ou teria vergonha de buscar ajuda dos profissionais que trabalham no IFRO quando precisa?

Você necessita de ajuda financeira do IFRO para conseguir se manter na escola?

Sim Não

O que é mais urgente para você (numere em ordem de prioridade):

- () ajuda financeira para transporte (para poder vir para a escola)
- () ajuda financeira para alimentação
- () ajuda financeira para moradia
- () ajuda financeira para remédios, óculos ou tratamento de saúde
- () ajuda para aprender a língua portuguesa
- () ajuda para fazer os trabalhos escolares
- () ajuda para se adaptar à nova vida no IFRO e na cidade

Quando você precisa de ajuda a quem você costuma recorrer?

Como é sua relação com sua família?

Seus colegas de classe já fizeram algo que você não gostou ou gostou muito? Por quê?

O que seus professores já fizeram que fez com que você se sentisse bem? Por quê?

Como você se sente em relação ao ambiente virtual de aprendizagem?

O que o IFRO pode fazer para contribuir com seu sucesso escolar?

Tem mais alguma informação que gostaria de acrescentar?
